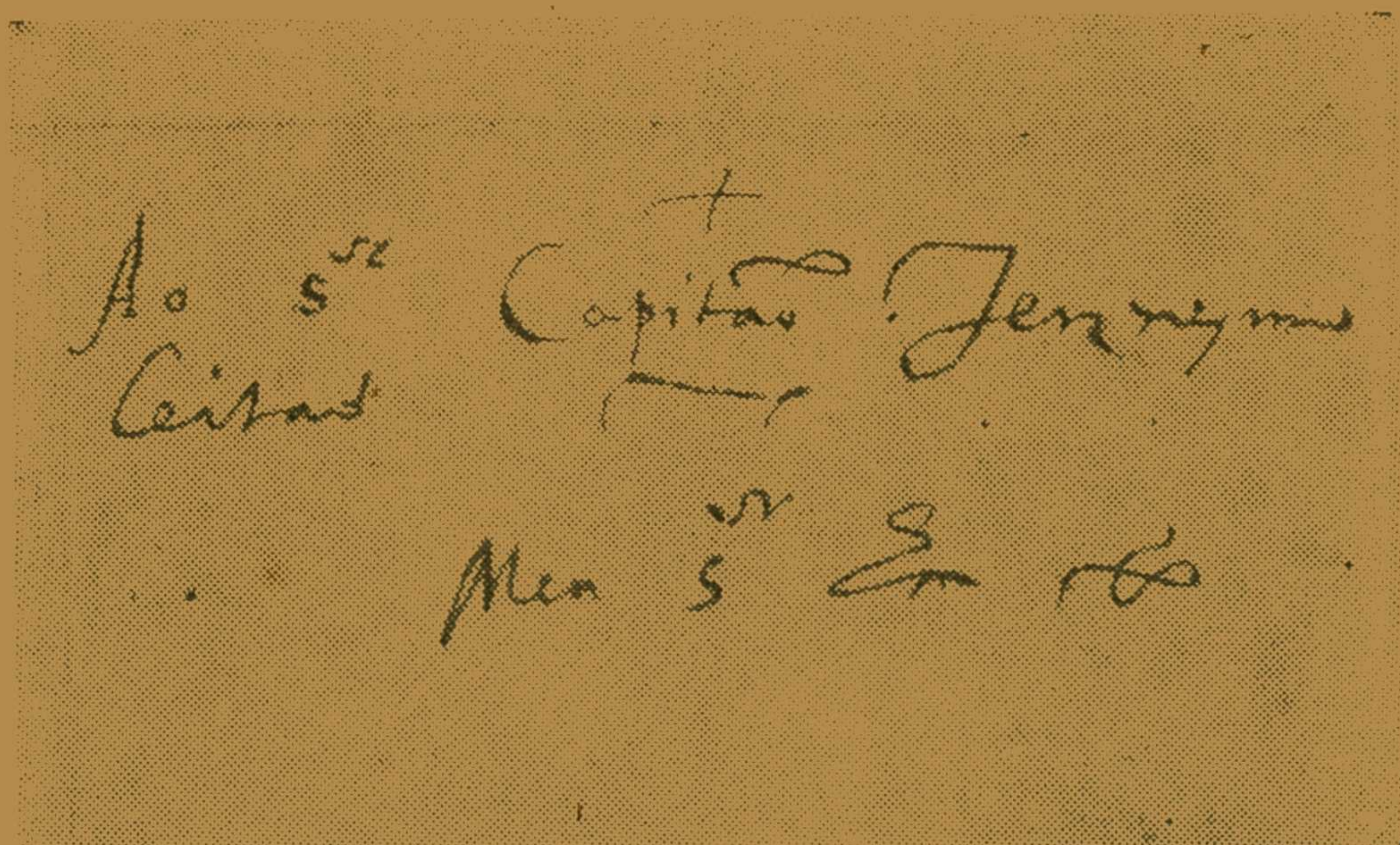


DEFENDIDA A AUTENTICIDADE DA CARTA DE ANCHIETA

O diretor do Museu Paulista, sr. Sergio Buarque de Holanda, afirma que o precioso documento, unico autografo do Taumaturgo existente no Brasil, não é apócrifo

Tendo em vista melhor esclarecer a questão aberta em torno da autenticidade do unico autografo de Anchieta existente no Brasil, considerado apócrifo pelo sr. José Gomes Morais Filho, segundo entrevista que nos concedeu, ouvimos o diretor do Museu Paulista, sr. Sergio Buarque de Holanda, que assim se expressou sobre o momentoso assunto:

"A carta de Anchieta existente no Museu Paulista desde 1926 foi adquirida, como é notorio, dos grandes antiquarios Maggs Bros, de Londres, em virtude de subscrição promovida entre fazendeiros paulistas pelo quinzenario modernista "Terra Roxa e Outras Terras", por iniciativa de Paulo Prado. Sua autenticidade nunca fora posta em duvida pelos historiadores, e os argumentos que lhe opõe agora o sr. Gomes Morais Filho só podem impressionar em verdade as pessoas menos conhecedoras do tema. Dentre esses argumentos, o mais impressionante, na apparencia, refere-se à ausencia de elementos que permitam retracar com precisão a historia de um texto. A exigencia de tais elementos é, a seu ver, condição elementar para que se possa dar credito a um documento, "segundo — acrescenta — se acha firmado em congressos de historia". Eu perguntaria ao sr. Gomes Morais Filho em que texto, de que congresso de historia ele viu firmada semelhante coisa. A verdade é que entra nisto uma grande confusão. A necessidade do historico pormenorizado de um documento é condição ideal para a credibilidade, não é condição necessaria e exclusiva. De outro modo, o problema da investigação historica estaria profundamente simplificado e sabemos que essas condições ideais raramente se encontram. É um fato que elas não se encontram na carta de Anchieta, que possui o Museu Paulista. Mas quantos textos que serviram de base a reconstruções historicas não se acham no mesmo caso? Deve-se ponderar que, tratando-se sobretudo de carta particular — e basta uma simples leitura do texto para nos convencer de que é esse o caso do documento do Museu Paulista, por menos que pareça ao sr. Gomes Morais Filho — esse historico seria praticamente impossível. Parece-lhe



No verso de sua carta Anchieta sobrescritura: "Ao sr. Capitão Jeronymo Leitão."

estranho, apesar disso, que a referida carta tenha escapado ao "protocolo oficial". Que protocolo oficial?

NÃO É CONDIÇÃO EXCLUSIVA

"O traçado historico de um documento não é e nunca foi condição exclusivista para sua credibilidade. Se quiser um exemplo lembrei que há cem anos o governo imperial brasileiro adquiriu de um jornalista napolitano, residente em Buenos Aires, centenas de documentos que formam hoje a Coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, atualmente em vias de publicação e de valor inestimável, particularmente para o estudo das bandeiras paulistas. E embora a idoneidade moral do colecionador que vendeu esses documentos ao governo brasileiro não fosse coisa líquida, e se ignorasse onde obtivera, nem por isso deixaram os mesmos de ser tomados em consideração por historiadores eminentes e de servir de base para a extensão e até para a retificação dos conhecimentos do nosso e do passado das nações platinas. Havia outros motivos para confiar-se na sua autenticidade. Os

mesmos motivos existem, aliás, no caso da carta de Anchieta, adquirida, esta, de uma firma como a Maggs Bros, cuja idoneidade não é discutida e cujos catalogos, pela sua exatidão e pelos conhecimentos historicos e bibliograficos que revelam nos organizadores, constituem valiosas obras de referencia para todos os americanistas.

Na historia das artes plasticas, particularmente, um grande numero de obras, cuja identidade e autenticidade não são postas em duvida, foi encontrado em condições que de modo algum permitem traçar sua procedencia real. Pinturas dos seculos XIV, XV, XVI e até XVII enchem hoje as mais notáveis galerias da Europa, sem que se possa precisar exatamente seu historico. Como, em regra geral essas obras não são assinadas, é claro que a pericia se torna bem mais difícil e aleatoria do que no caso do documentos manuscritos e assinados, como é a carta de Anchieta hoje pertencente ao Museu Paulista.

"Devo observar que não é esta a primeira vez em que se põe em duvida a autenticidade da carta. Há tres ou quatro anos apresentou-se à diretoria do Museu uma pessoa pedindo para ver o original e exprimindo de antemão sua convicção de que se tratava de um apócrifo. Não me convenceram os argumentos, tirados de suposições bastante duvidosas acerca da psicologia de Anchieta, em que baseava sua crença. Apesar disso prontifiquei-me, com prazer, em aceder à solicitação no sentido de ser feita uma pericia policial sobre o papel, a tinta e a letra do documento. O exame foi realizado com todo o zelo possivel pelo sr. José Del Picchia. Este começou por afastar o argumento aparentemente mais forte em favor da apocrifia, a saber, o bom estado de conservação do documento. Alegou o sr. Del Picchia que essa conservação era, ao contrario, um bom indicio de autenticidade, pois um falsario não deixaria certamente de rendilhá-lo se manchá-lo para que parecesse atingido pelo tempo e pelas tracas. Logo depois, o estudo da caligrafia, comparada com a de outros documentos anchietanos, inclusive as fotografias que serviram para as "Poesias", obra organizada no Museu Paulista pela sua funcionaria da. Maria de Lurdes de Paula Martins e publicada ultimamente pela Comissão do IV Centenario da Cidade de São Paulo, reforçou a tese da autenticidade. A letra e a assinatura eram certamente de Anchieta. O exame estendeu-se à tinta e ao papel, comprovando, tanto quanto possivel, sua remota antiguidade. Os resultados dessa pericia deixaram o incredulo visitante aparentemente conformado. Não me recordo precisamente de seu nome exato, mas tenho quase a certeza de que era o mesmo sr. José Gomes Morais Filho que, embora sem aludir àquele episodio que, de qualquer modo, enfraquece sua crença, renovava a tese de que é apócrifa a carta de Anchieta."

A MISSA REZADA POR ANCHIETA

Julga o sr. Morais Filho "uma das maiores provas contra a autenticidade da carta de Anchieta."

continua...

A partir, sobretudo, de 1576, o nome do governador é grafado exatamente como está na carta de Anchieta.

lera o sr. Gomes de Moraes Filho. E que Domingos Luís, o "Carvoeiro", pudesse assumir qualquer atitude hostil, contra quem quer que seja, não lhe parece menos inadmissível, pois jura que se tratava de homem "bom e timorato". E' o caso de perguntar pelos documentos que apóiam afirmação tão categorica.

"Convenha-se em que os processos utilizados neste caso, a propósito da carta de Anchieta existente no Museu Paulista, são tudo quanto há de mais simplista. Contra sua autenticidade, admitida por todos os historiadores, a começar pelo historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil, o padre Serafim Leitão, nenhum argumento sério se opõe até agora" — concluiu o sr. Sergio Euarque de Holanda.

dade do documento" — as palavras suas — a circunstância de Anchieta, na carta em questão, datada de 15 de novembro de 1579, afirmar ter dito missa, "cô mta festa" na igreja que Domingos Luís estava acabando. Ora, acrescenta, num documento posterior àquela data, ou seja, a escritura pública onde o referido Domingos Luís e sua mulher Ana Camacho faziam doação do patrimônio à capela de Nossa Senhora da Luz, consta que os doadores assumiam o compromisso de construir a capela. Como explicar que Anchieta dissesse missa numa igreja que — em contraste com os dizeres da carta — ainda estaria por fazer-se? Não foi transcrito, como seria de esperar, o trecho que apoiaria seu argumento. O fato, entretanto, é que a escritura de doação, datada, em realidade de 10 de janeiro de 1580 — diz claramente no título: "Escritura de dote e obrigação que fez Domingos Luís e sua mulher à Igreja de Nossa Senhora da Luz que a fazem em Piranga." Quem se interesse pelo caso e não pretenda verificar pessoalmente esses dizeres na Curia Metropolitana, pode encontrá-los, sem maior trabalho, no volume I, pagina 87, da obra de monsenhor Paulo Florencio de Camargo, "A Igreja na Historia de São Paulo", publicação do Instituto Paulista de Historia e Arte Religiosa, com a indicação correspondente: Curia Metropolitana de São Paulo — 1.º livro do Tombo da Sé, pag. 15 vol. n.º 23. Resulta claramente que em 10 de janeiro de 1580 não estava concluída ainda a capela em que Anchieta, dois meses antes, ou menos, dissera missa, "com muita festa".

"O sr. Gomes de Moraes Filho confundiu os fatos narrados, julgando aparentemente que os doadores se propunham construir a igreja, quando estes se propunham apenas dotá-la do necessário. A igreja já existia, posto que não estivesse concluída. Mais tarde a própria escritura primitiva caducou, quando os doadores se transferiram do Piranga — o Ipiranga atual — para o Guaré ou Guarepé, que é o atual bairro da Luz. Não há contradição alguma entre o texto da carta e o da escritura. Esta só serviria para fortalecer, ao contrario — o argumento da autenticidade daquela."

NÃO HAVIA "I"

"A outra prova "irrefutável" de que a carta seria apócrifa, segundo o sr. Moraes Filho, está na própria assinatura de Anchieta, onde haveria um "I" antes do nome de Joseph. Ora — observa ele — a 15 de novembro de 1579 Anchieta não era mais o simples irmão Anchieta, mas o padre Anchieta. Logo, aquele "I" não tem justificação.

"A tese estaria aparentemente certa se o sinal que precede o nome fosse, com efeito, um "I", podendo ser a abreviatura da palavra "irmão". A verdade é que não passa de um traço peculiar da assinatura de Anchieta, que aparece em outros documentos de sua lavra. Sua assinatura era encimada ordinariamente de uma linha que caía obliquamente para o lado esquerdo. Outra linha, prolongando por baixo do nome as iniciais S. J. (Sociedade de Jesus) que se seguem à firma, dava a volta por baixo desta. O traço que o sr. Moraes Filho interpreta como um "I" serve apenas para ligar as duas linhas, antes do nome. Na carta existente no Museu Paulista, o traço inferior acha-se sem tanto apagado. Em outro caso, no da assinatura da carta bem conhecida que escreveu a Gaspar Schetz de Antuerpia, em 1578, numa data, portanto, em que o missivista já não era mais o irmão e sim o padre Anchieta, há a mesma possibilidade de confusão, embora seja mais visível o risco que sublinha o nome do signatário. Identica peculiaridade apresentam as assinaturas de outros dois documentos, ambos de 8 de abril de 1577, datados de São Vicente, pertencentes ao Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma, de que o Museu Paulista tem fotocópia. Ambos são bem diferentes da carta de Anchieta. O irmão Joseph escreveu a carta em julho de 1554 (1553) e a carta de Anchieta em 1577, quando, segundo o de Lolo, onde, ao contrario, surge nitidamente o "I" antecedendo o nome do signatário."

OUTROS ESCLARECIMENTOS

"Os demais argumentos propostos quanto a autenticidade da carta merecem muito menos atenção. Em todo caso, para esclarecer melhor as coisas, não deixarei de tocar neles. Diz o entrevistado que o nome do destinatário da carta — Jeronimo Leitão — Anchieta não o escreveria com o "a" ou, melhor, com o "o" tilhado e sim Hieronymo Leitão. Contra essa opinião eu lembraria que a forma Leitão com o "m" final, como quer o sr. Moraes Filho, raramente aparece nas Atas da Camara contemporânea de Anchieta e, tanto quanto me foi possível verificar, num exame sumário, a forma Hieronymo nunca aparece.

"Acrescenta o sr. Gomes de Moraes Filho: "Considere-se ainda a grafia da letra "v" no interior das palavras. Anchieta não fazia distinção entre esta e o "u" particularmente, o que não se observa no incriminado autografo."

"Em realidade, a diferença entre as duas letras só se fixou definitivamente muito depois de Anchieta, embora a tendência para distingui-las tenha raízes medievais. No século XVI, que nos interessa aqui, o "v" era usado, de um modo geral, independentemente do valor fonético, no começo das palavras, como é notório para qualquer estudante de paleografia. No interior das palavras o emprego do "u" ou do "v" variava de individuo para individuo. E, com muita frequência a mesma pessoa empregava indistintamente as duas formas. Lembro, quase por acaso, que o proprio fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola escreveu, na edição chamada autografa dos seus "Exercícios Espirituais", a frase — "San Piedro Espirito", a un siervo del pontifice al qual el mansueto Señor — sanó la ferida del siervo" —, em que a palavra "siervo" aparece, no primeiro caso, escrita com "u" e no segundo com "v". Na carta de Anchieta pertencente ao Museu Paulista encontramos a mesma indistinção, salvo no início das palavras — "vim", "viagem", "vinte", etc. — onde ocorre invariavelmente o "v". Assim, em uma só linha — a quarta — temos a palavra "bastaua" grafada claramente com "u" e "levar" com "v". Na linha anterior a essa, "Salvador" está escrito com "v" e, na seguinte, "todauya" traz o "u"; "leuala" na linha quinta está aparentemente com "u" quando pouco antes aparece com "v", etc. Nessa incoerência, Anchieta estava ao menos coerente com os usos de sua época, de uma época em que o gosto da logica e da simetria no grafar as palavras ainda não se generalizara como iria suceder bem mais tarde.

"Os outros argumentos do sr. Gomes de Moraes Filho são — repito-o — de muito tão subjetivo que discutí-los seria como querer convencer, pelo simples raciocínio, alguém que coloca suas convicções no plano da fé. Assim, observa ele que o estilo da carta, embora de acentuado sabor quinhentista, tem um cunho popular. "Ora" — diz — sabe-se perfeitamente que Anchieta era senhor de grande erudição." Seria obrigatório que essa erudição se alardeasse em carta onde se pedem apenas ao lugar-tenente do donatário facilidades para o seu transporte e da gente que o acompanha. A simplicidade de linguagem é característico da maior parte das cartas de Anchieta e não vejo em que isso desabone sua "vêjo" no documento.

to a prolixidade de que o acusa o entrevistado. O problema de obter gente que o acompanhasse na viagem levava o missivista a tratar com varios moradores. Os homens que deveriam levar, a indecisão quanto à data da viagem, ao itinerário provável, requereriam, mesmo numa era como a nossa, feita ao telefone e ao telegrafo, explicação pormenorizada. Ao contrario do sr. Moraes Filho, que só vê aqui uma estranha prolixidade, não encontro nenhuma palavra, nenhum nome, que pudesse ser omitido com vantagem.

"Referindo-se ao numero considerável de pessoas citadas (onze ao todo), "bem conhecidas dos historiadores" o entrevistado já acha esse simples fato bastante suspeito: indício, diz, de "um mal disfarçado proposito de emprestar ao documento a necessária cor local". Embora sem ver a menor relação entre o numero de pessoas citadas e essa questão da autenticidade, eu desejaria lembrar que à vista dos documentos hoje publicados, sobre São Paulo no século XVI, são conhecidos aproximadamente todos os moradores brancos da Piratininga quinhentista. Esse conhecimento é, aliás, bem maior, hoje, do que o era em 1922, quando, segundo escreve o sr. Gomes de Moraes Filho, se teve noticia da existência, em Londres, da carta de Anchieta, e época em que apenas se começava, por uma iniciativa memorável de Washington Luís, a publicar muitos daqueles documentos.

"E' estranho que depois de considerar suspeito o fato de a carta só lembrar nomes de pessoas, "bem conhecidas dos historiadores" — o que, diga-se de passagem, não é sempre verdade no caso da carta — o impugnador da sua autenticidade acha igualmente suspeita a circunstância de trazer a mesma carta certas informações que são ignoradas dos historiadores. Que Jeronimo Leitão tivesse mandado aliciar índios — coisa afinal bastante corriqueira naqueles tempos — é o que não to-

SBH
Vp. 200 PL
2/2

Noite

15.7.1955